

OS CAMINHOS PARA A BIOPOLÍTICA NO NEOLIBERALISMO: ACONTECIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

THE PATHWAYS TO BIOPOLITICS IN NEOLIBERALISM: CONTEMPORARY SOCIAL
EVENTS

*Bianca Salles Conceição de Andrade*¹

Resumo:

Sabe-se que ao longo de seus estudos, Michel Foucault analisou quais eram as formas possíveis de sujeição. Para isso, o autor pesquisou o corpo social e as diferentes tecnologias de poder, formando uma grade complexa de transformações sociais nas artes de se governar. Assim, tem-se como objetivo deste artigo descrever o caminho para o conceito da biopolítica foucaultiana e sua instalação no neoliberalismo em acontecimentos sociais contemporâneos. Para isso, desenvolvemos esse estudo que engloba construções conceituais de Michel Foucault que foram ao longo dos anos sendo imbricadas umas as outras, porém nunca substituídas. Isto é, relatamos sobre o poder pastoral, régio, disciplinar, a governamentalidade e as artes de governar liberais e neoliberais, finalizando com a biopolítica e os acontecimentos contemporâneos. Pretende-se com esse estudo, contribuir com as pesquisas na área da filosofia da diferença, assim como introduzir formas possíveis de construir um pensamento a partir do referencial teórico em Foucault para leitores iniciantes.

Palavras-chave: Tecnologias de Poder. Biopoder. Biopolítica. Neoliberalismo.

Abstract:

It is known that throughout his studies, Michel Foucault analyzed what were the possible forms of subjection. To do this, the author researched the social body and the different technologies of power, forming a complex grid of social transformations in the arts of governing. Thus, the objective of this article is to describe the path to the concept of Foucauldian biopolitics and its installation in neoliberalism within contemporary social events. To achieve this, we have developed this study that encompasses conceptual constructions of Michel Foucault that over the years have been interwoven with each other, yet never replaced. That is, we discuss pastoral, regal, and disciplinary power in liberalism and, finally, biopolitics in neoliberalism and contemporary events. The aim of this study is to contribute to research in the field of the philosophy of difference, as well as to introduce possible ways of constructing thought from Foucault's theoretical framework for beginner readers.

Keywords: Technologies of Power. Biopower. Biopolitics. Neoliberalism.

¹ Doutora em Educação Especial. Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC. Email: bianca.csalles@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9295938416248985>

Introdução

A escrita desse artigo destina-se a sujeitos, que em seus processos de estudo sobre a filosofia, principalmente a da diferença, tiveram dificuldades para compreender o pensamento foucaultiano numa leitura social do presente, sendo Michel Foucault um filósofo potente na ação problematizadora das situações de exclusão de formas de vidas desviantes na atualidade. Frequentemente, Foucault tem sido convidado para dialogar com diferentes contextos sociais (LOCKMANN, 2013; GALLO, 2017; PAGNI, 2017; MATOS, 2019; CONCEIÇÃO-DE ANDRADE, 2022) e por isso, fizemos um recorte de sua obra e trouxemos um caminho possível para a compreensão do conceito de biopolítica em relação a acontecimentos contemporâneos.

Contextualizando alguns acontecimentos, no período de 2020 a 2022, sofremos ao redor do mundo um isolamento social devido ao surgimento do novo coronavírus (Sars-VoV-2) e especificamente no Brasil a negligência da gestão administrativa, a qual contribuiu com o aumento do número de mortes derivados da nova doença. Assim, vivemos em nosso país o pavor de discursos e políticas públicas negacionistas e segregacionistas que foram implementadas pelo ex Governo Federal, sob gestão do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro (CONCEIÇÃO-DE ANDRADE, 2022).

Para esse momento, fazemos alusão à fala do Prof. Dr. Sílvio Gallo em um evento proferido pelo Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferença (GPESDi) no dia 23 de junho de 2021, quando este mencionou que no período supracitado, estávamos vivendo um hiato da democracia, marcado por uma espécie de parênteses entre uma governamentalidade democrática e uma gestão tirânica de um governo baseado no emblema “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”. No entanto, naquela conjuntura política, é pertinente problematizarmos: será que esse discurso que coloca ‘Deus’ acima da democracia, o presidente não estaria se colocando “acima da democracia e da sociedade?” (MARANHÃO; COELHO; DIAS; 2018, p. 84).

No entanto, nesse estado moderno democrático, garantidor de direitos e implementado desde a Constituição Federal de 1988, nenhum governo deve se colocar acima da Lei (BRASIL, 1988). Consequentemente, não pode se colocar acima dos cidadãos por meio de práticas que tragam desfavorecimento às vidas, já que são parte ativa do regime democrático (CONCEIÇÃO-DE ANDRADE, 2022). Apesar da narrativa do governo “Deus acima de tudo”, pudemos ver a negligência ocorrida quando propostas de compra de vacinas para evitar a expansão da doença, ficaram sem respostas por diversas vezes (fato comprovadamente anunciado na CPI Covid2).

Nesse cenário apresentado, podemos incluir a *biopolítica* (FOUCAULT, 2008; 2018) aqui problematizada, quando ela se articula como ação de controle sobre a vida da população, sendo o Brasil um dos países que mais ‘fez morrer’ cidadãos por uma doença que já existia vacina, decretando as vidas que mereciam (ou não) serem vividas. Um dos países que, além de ter demorado para investir na vacinação, negou a ciência, a academia, as pesquisas, e confrontou o campo da educação.

Dessa forma, Michel Foucault se torna um dispositivo poderoso para questionarmos as relações de poder que ocorrem na sociedade e problematizarmos o período histórico de isolamento social que a humanidade vivenciou no período de 2020 a 2022. Um caminho possível para essas reflexões, é

a construção e utilização do conceito de biopolítica, isto é, o consequente controle biológico das vidas. Lopes e Morgenstern (2014, p. 179) afirmam que Foucault “forneceu potentes ferramentas para pensarmos [...] as tecnologias que tornam possíveis o governo e a condução dos outros e de si mesmo”. Nesse contexto, discorreremos o percurso deste artigo com ferramentas analíticas principais e secundárias para a construção da biopolítica na sociedade neoliberal, sendo elas: as *relações de poder*, o *poder pastoral e soberano*, o *liberalismo*, o *poder disciplinar*, a *governamentalidade*, o *biopoder* e o *racismo de estado* para atingirmos o objetivo da pesquisa que é descrever a construção do conceito da biopolítica foucaultiana e sua instalação no neoliberalismo em acontecimentos sociais contemporâneos.

Pensamentos iniciais: nos situando nas obras de Foucault

Michel Foucault ao longo de seus últimos 20 anos de carreira, fez uma analítica histórica dos modos pelos quais “os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 1). Esse é o ponto crucial das pesquisas do filósofo, e é a partir desse cerne, que são construídas por ele, diversas histórias sobre seres e fatores que a sociedade julgava até então, não terem uma historicidade. Dessa forma, apresentou a história do louco e da loucura (FOUCAULT, 1972), do sexo e da sexualidade (FOUCAULT, 1988), das prisões e dos prisioneiros (FOUCAULT, 1987), das instituições médicas e dos doentes (FOUCAULT, 2002), e de diversas outras formas de assujeitamentos estudadas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O filósofo afirma que ser sujeito é ser efeito das relações de saber-poder. Segundo Conceição (2019, p. 32) “ser detentor de um saber já é intrinsecamente apresentar ou fazer funcionar um tipo de poder”. Assim, para que as engrenagens do poder funcionem, é necessário que produzamos verdades,

[...] em qualquer sociedade [...] elas não podem dissociar-se nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção [...] um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade (FOUCAULT, 2018, p. 22).

Em outras palavras, podemos afirmar que somos forçados a produzir e, o Estado se encarrega de institucionalizar as verdades. O poder necessita da manutenção dessa produção para se firmar e se constituir, para que suas engrenagens continuem funcionando. Foucault (2018, p. 22) ainda reitera que “temos que produzir verdades, assim como [...] temos que produzir riquezas e temos que produzir verdades para produzir riquezas”, e é a partir delas, que as sociedades vão se moldando, se modificando e se aperfeiçoando aos seus padrões de poder e controle.

Além disso, essas verdades produzem normas e direcionam o certo e o errado sobre os corpos individuais e coletivos. Portanto, a norma pode se aplicar no corpo individual, ou na população, mas para isso, carece de um processo de regulamentação, uma ação macro de governo. É o discurso verdadeiro que culmina exatamente nas normas, ou seja, “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função dos discursos verdadeiros” (FOUCAULT, 2018, p. 22), culminando em determinados tipos de existência.

É também a partir das normas que emergem as polarizações e dicotomizações: só existem os loucos porque há a norma de quem são os sãos, só encontramos os doentes, pois a norma estabelece quem são os saudáveis (CANGUILHEM, 1978). Veiga-Neto (2016, p. 75) reitera que a norma polariza, porém também engloba todos os sujeitos “[...] normal ou anormal. O anormal, portanto, está na norma, ainda que seja tomado como um oposto ao normal”. Assim, para que o poder funcione ele precisa basicamente das construções de verdades que os legitimam e das normas que são fabricas nos campos de saber e aplicadas às variadas instituições.

Porém, como Foucault (2009) aponta, as instituições podem fazer funcionar as normas sociais, mas como em toda relação de poder há liberdade de ação, a resistência às normas de condução de corpos também está presente. Em outras palavras, não há poder sem resistência. Segundo o filósofo, para compreender as relações de poder é necessário “[...] investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar a essas relações” (FOUCAULT, 2009, p. 4). Em suma, podemos dizer que ora os sujeitos são capturados pelas verdades e normas estabelecidas socialmente, ora resistem à ação num movimento antagônico, ou seja, se dessujeitando de um assujeitamento, porém agenciando-se a outro.

Foucault (2009) apresenta a resistência como forma de dessujeição dos sujeitos, que procuram caminhos outros, na lógica da ética da existência e do cuidado de si. Pode-se dizer então, que a tríade das relações de poder para constituição dos sujeitos, emerge desses três dispositivos principais: verdades, normas e resistências que podem culminar em possibilidades de liberdade. Liberdade essa que passa a ser entendida como a “real capacidade de mudar as práticas em que somos constituídos ou nos constituímos como sujeitos morais” (RAJCHMAN, 1987, p, 90).

Em suma, Foucault (2018) direciona a atenção, em grande parte do seu trabalho, a essas relações de poder, aos dispositivos que delas fazem parte e como elas podem constituir os sujeitos. Para o filósofo, o poder está para além do vínculo econômico, está presente e interiorizado o tempo todo, nas instituições, nas relações e, principalmente nos próprios sujeitos. Essas relações geram sempre um produto que não é somente relacionado ao bem de consumo, mas sim a constituição de quem somos e de nossos desejos sociais (CONCEIÇÃO, 2019). Nas palavras De Foucault (2018, p.15) “[...] o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força”. Assim, enxerga o poder como algo positivo na medida em que produz incessantemente algo: comportamentos, verdades, assujeitamentos, normas ou resistências. São um ciclo constante imbricado nas malharias sociais, pensadas por modelos legais e institucionais, que Foucault chama de Estado (FOUCAULT, 1987). E é sobre as tecnologias de poder e suas manifestações que iremos abordar a partir de agora.

Manifestações de poder na sociedade: um caminho até a biopolítica

Para pesquisar os poderes que iam para além das relações econômicas e os modos de produção dos sujeitos, Michel Foucault analisou o corpo social. Para pensar didaticamente este estudo, organizamos algumas manifestações de poder na sociedade segundo o filósofo, sendo elas: a primeira regida por um poder pastoral, a segunda administrada e centralizada como efeito de um poder soberano, a terceira disciplinar, com foco no indivíduo, e a quarta como uma ação

de segurança e seus efeitos de poder, que são tanto individualizantes quanto totalitários, agem sobre o corpo individual e a massa populacional. É esse ponto que faz com que o Estado seja tão forte, “com uma combinação tão astuciosa de [...] técnicas, de individualização e dos procedimentos de totalização” (FOUCAULT, 2002, p. 7).

Vale salientar que, essas manifestações de poder não se dão sozinhas e não cessam ao longo do tempo. Por mais que as relações se modifiquem e fiquem mais complexas ao longo dos séculos, poderíamos dizer que também ficam imbricadas microfisicamente nas verdades, normas e nos comportamentos produzidos. Então, por mais que se alterem, ainda achamos atualmente, vestígios de poderes que com o passar do tempo foram sendo aprimorados e reorganizados, perdendo a força de funcionamento de um jeito e se atualizando de outro.

Primeiramente, o poder que Foucault (2002) nomeou como *pastoral*, percorreu fortemente a sociedade ao longo dos séculos XVII e XVIII. Essa tecnologia de poder atravessa os muros da igreja católica e se espalha por toda a sociedade governando o rebanho numa ação individualizadora. Foucault (2002) apresenta quatro engrenagens deste funcionamento, que são: 1) assegurar a salvação dos sujeitos pós-morte em um outro mundo, 2) estar preparado não somente para seguir os princípios do cristianismo, mas também sacrificar-se pelo seu rebanho, 3) cuidar da comunidade e da particularidade dos seres durante toda a vida e por fim, 4) o ato confessional. A confissão, cerne desse controle da instituição religiosa perante seus seguidores, vira um modo de relação com o outro e consigo mesmo. Esse poder não conseguiria se manter funcionando se não fosse a fundo no conhecimento da mente, da alma e dos segredos mais íntimos dos sujeitos.

Martins (2008, p. 24) afirma que a falta do cumprimento dos requisitos impostos pelas normas dessa tecnologia de poder, era então marcado “pela punição [...] necessariamente exposto para ser visto e exibido coletivamente. O processo de condenação dava-se [...] através da execução do sujeito, punição marcada no corpo do condenado e exposição em praça pública”. Nesse contexto, podemos observar o “início” do processo de um poder sobre os corpos, com um direito sobre a vida e a morte daqueles que seguiam o cristianismo e as verdades impostas no ocidente.

No entanto, por mais que o poder pastoral tenha perdido força e eficácia ao longo dos séculos, suas marcas sobre a vida e a morte foram deixando vestígios e se emaranhando no que foi chamado por Foucault (2018) de *Poder Soberano*. Ao contrário do poder confessional, essa nova tecnologia não era “salvacionista, nem piedosa” (VEIGA-NETO, 2016, p. 68). O poder soberano ou poder régio, se constituiu em uma sociedade pré-capitalista e fez-se em torno de um representante central. O rei atuava como o corpo vivo dessa soberania que se manifestou autoritariamente, de forma administrativa e absoluta no Estado.

Essa nova tecnologia de poder que se manifestava, possuía duas lógicas operantes: um discurso jurídico, construído pelo próprio poder soberano para servir de instrumento e justificar seus atos políticos, e um discurso de direito, para fixar essa legitimidade do poder e “fazer com que apareça, no lugar da soberania e obediência, o problema da dominação e sujeição” (FOUCAULT, 2018, p. 23). Em outras palavras “o sistema do direito e o campo judiciário são o veículo permanente de relações de dominação, de técnicas de sujeição polimorfos” (FOUCAULT, 2018, p. 24). O filósofo fez a análise desse poder, apresentando como se constituiu suas relações de produção e dominação. Para que essa dominação ocorresse, foram criados por meio de aparelhos de estado, diversas instituições

técnicas e dispositivos que culminaram nessa sujeição imposta pelo discurso de direito, isto é, uma racionalização gerida pelo soberano.

Além disso, o direito de vida e de morte, era uma das engrenagens fundamentais para o funcionamento do poder soberano. Nessa lógica, o seu lema principal de operação era ‘fazer morrer ou deixar viver’. Era devido ao poder régio que os súditos estavam vivos ou mortos. Por esse controle político, essas vidas se manifestavam sempre para o lado da morte, isto é, “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2018, p. 218). Basicamente, essa tecnologia de poder se manifestava dessa forma para o filósofo.

Porém, por que abordar ambas essas formas de manifestação de poder, se o âmago desse artigo é o caminho para a biopolítica? Primeiramente, para demarcar o poder sobre a vida e a morte e, ainda, porque segundo Foucault (2009) o poder pastoral foi incorporado pela biopolítica, sendo um dos tripés que a constituem, perdendo o caráter religioso e se disseminando pela sociedade como um todo. Em suma, sem o poder pastoral e soberano não haveria o biopoder.

No entanto, com as mudanças a partir da idade Clássica, com o surgimento do capitalismo e das formas de poder que foram se configurando juntamente a sociedade, os dispositivos e mecanismos que norteavam a prática soberana foram entrando em declínio; ponto crucial para uma nova era de constituição de sujeições, verdades, normas e resistências em um Estado moderno. Segundo Matos (2019, p. 16 - grifo da autora), “as formas de poder acometido pelo controle máximo e organização das forças ‘desaparecem’, surgindo mecanismos de poder destinados a produzir forças, a ordená-las mais do que as tentativas de impedi-las”.

Assim, essa nova arte de governo que foi sendo consolidada no Estado Moderno a partir de meados do século XVIII, procurava manifestar-se exatamente ao contrário do que era feito no poder soberano: agora, ao invés do Estado ter o poder absoluto sobre quem deveria morrer, o que ocorria, era a limitação do exercício dessa arte de governar e a manutenção de quem deve viver e de que modo a vida em sociedade é permitida. Em outras palavras, Foucault (2008, p. 40) afirma que essa nova arte de poder “é a razão do governo mínimo como princípio de organização da própria razão do Estado”, a denominando como um ‘governo frugal’ e fazendo referência a um sistema baseado na propriedade privada, no capital e no trabalho. O filósofo fez alusão nesse momento ao *liberalismo*, que mesmo implantado no século XVIII na Inglaterra, até hoje deixa seus vestígios.

O liberalismo é muito além do que somente uma forma de se enxergar a economia, mas sim uma economia *política*. Foucault (2008) afirma que, nessa nova racionalidade, o governo focava nos interesses. Podemos dizer que nasce como “uma reivindicação de emancipação da atividade econômica em relação à moral, devendo, por isso, ser compreendido como uma resposta aos problemas abertos – e não resolvidos – pelos teóricos políticos do contrato social” (DANNER, 2017, p. 99). Rose, O’Malley e Valverde (2012, p. 84) afirmam que “Foucault sugere que o liberalismo não é tanto uma doutrina substantiva de como governar, mas sim uma arte de governar que surge como uma crítica do excesso de governo”. Dessa forma, a liberdade e a intervenção do Estado mínimo eram pontos centrais, isto é, verdades estabelecidas nas relações de poder que culminavam não somente no campo das ideias, mas também conseguiam controlar (mesmo que pregasse pela liberdade) os corpos, coletivos, desejos, subjetividades, a educação, as famílias, dentre outras instituições sociais.

Outro ponto de extrema importância em relação ao liberalismo é, que segundo Matos (2019), ele foi o primeiro passo para a manifestação de uma sociedade disciplinar, de vigilância e correção. Portanto, para que essa liberdade econômica, essa segurança dos indivíduos, essa nova lógica de mercado e as verdades estabelecidas no seio social ganhassem força, era necessária uma nova tecnologia de poder. Essa tecnologia, mesmo com toda a 'liberdade' advinda da Revolução Francesa e Industrial no século XVIII, deveria disciplinar, controlar e fabricar individualmente corpos úteis e dóceis, que servissem como engrenagens dessa nova estruturação (FOUCAULT, 1987). A norma condutora dessa tecnologia seria a disciplina de dominação, regulada pelas instituições que “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1987, p. 164). O filósofo nomeia essa vigente tecnologia de poder que surge no século XVII e início do século XVIII, como *Poder Disciplinar*.

A disciplina “organiza uma economia positiva, coloca o princípio de uma utilização [...] sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis” (FOUCAULT, 1987, p. 179). Essa tecnologia é capaz de fabricar, hierarquizar, racionalizar, sedentarizar, organizar, e, principalmente disciplinar os indivíduos. Assim, Dreyfus e Rabinow (2009) afirmam que os corpos eram objetificados nessa rede quase invisível para aqueles que dela fazem parte, dando-nos a impressão de que esse disciplinamento é natural.

Essa nova lógica de funcionamento passa a ser necessária na vida e nas subjetividades dos sujeitos. Mesmo que não sejamos todos igualmente disciplinados, sabemos o que a norma das disciplinas impõe, ou seja, caso vejamos alguém que não esteja seguindo, esse indivíduo poderá ser denunciado ou acusado, o que gera certa “vigilância constante de uns sobre os outros” (MATOS, 2019, p. 27).

Porém, essa sociedade disciplinar que foi sendo constituída com base em um regime de verdade liberal, aos poucos foi sendo mais elaborada. Agora era necessário para além de uma disciplina do corpo, ter uma economia que permita “racionalizar a conduta sobre a vida” (MATOS, 2019, p. 17), isto é, um governo sobre a vida, um governo sobre si e sobre o outro. Foucault (1979), nesse momento, faz uma transição do poder para o governo e para isso, a arte de governar teria concomitantemente que se modificar e aperfeiçoar. É nesse contexto que surge o conceito de *governamentalidade* (FOUCAULT, 1979). O filósofo passa a se questionar “como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?” (FOUCAULT, 2008, p. 118).

Apesar das artes de governo serem cada vez mais aprimoradas, “o que aconteceu foi uma tríplice aliança entre soberania, disciplina, e gestão governamental, essa última entendida como uma nova arte de governo exercida [...] ao nível [...] individual e [...] sobre todo o tecido social” (VEIGA-NETO, 2016, p. 71). Em outras palavras, podemos dizer que não ocorreu uma “substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo” (FOUCAULT, 1992, p. 291), e sim um aumento da complexidade e entrelaçamento de umas com as outras.

A governamentalidade, como um objeto de estudo das formas de se governar, começa a ser percebida como esse governo de si e do outro com um ponto primordial: relações de saber e poder que conduzam a conduta do outro,

governar agora, significaria condução de condutas. Foucault (1979, p. 171) a define como

- 1- O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica do poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2- A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc, - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3- Resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado.

Dentro desse governo, existe uma série de funcionamentos denominados governamentos, sendo “todo conjunto de ações de poder que objetivam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952). Ainda segundo Veiga-Neto e Lopes (2007), se o poder é visto como uma ação sobre as ações, o governamento é visto como seu resultado, sendo a manifestação visível do poder. Foucault (2009) afirma dessa maneira, que viver em sociedade é viver sob a ação da ação dos outros incessantemente.

Com base nesses estudos sobre a governamentalidade e com a complexidade cada vez maior da sociedade, o liberalismo começa a ser visto e praticado em uma nova estrutura e perspectiva de “uma economia a nível do Estado inteiro, isso é, com relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um [...] ter uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta que aquela do pai de família sobre a casa e seus bens” (FOUCAULT, 1979, p. 642). Matos (2019, p. 28) afirma que essa alteração significava “uma maior individualização das práticas de si e das formas de governo da população. O Estado participa como regulador, se utilizando das técnicas disciplinares e dos dispositivos de segurança, mas, menos expansivo como no liberalismo”, ou seja, essa arte de governar era ainda mais individualizadora, porém se alastrava coletivamente na população. Assim, esse aprimoramento se dava em um nível populacional de controle, fundado no capitalismo com um aumento na distribuição das riquezas, chamado de *neoliberalismo*. E é sobre essa nova arte de governar e seus efeitos biopolíticos que discutiremos a seguir.

Chegando ao destino: a firmação da biopolítica na governamentalidade neoliberal

O neoliberalismo surge a partir do século XIX e para que se firmasse, era necessário não somente um homem dócil e útil, mas era fundamental um homem flexível que pudesse se adequar nas diferentes governamentalidades, economias, condutas, apropriação do desejo pelo trabalho e em ser fonte do produtivismo social.

Foucault (2008) enxerga o neoliberalismo como uma nova arte de governamento, que vai governar os indivíduos pela verdade. Tratava-se de um “tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos

governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008, p. 230). Em outras palavras, refere-se ao modo como se dão as relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e seus governantes, colocando em prática uma política de sociedade. O filósofo desenvolve essa análise para, justamente, perceber os efeitos dessa forma de governo nos processos de subjetivação, reduzindo as formas de pensar, problematizar ou refletir sobre o cálculo econômico. Nessa lógica, o pensamento ganha um valor exclusivamente operacional.

Foucault (2008) pensa nessa analítica do neoliberalismo de uma forma mais perversa e velada, a partir de algumas bases fundamentais como a concorrência e o capital humano. Assim, para que a concorrência se concretizasse, era necessário que a ideia sobre o mercado também se modificasse. O mercado passa a ser visto como um espaço de trocas segundo as necessidades humanas. Para isso, o Estado moderno precisava criar condições para que os sujeitos se tornassem competitivos com base na concorrência, que necessita que alguns ganhem mais do que outros, que alguns tenham emprego e outros não, que uns trabalhem mais, ou seja, o neoliberalismo precisa da desigualdade e das crises para que suas engrenagens funcionem e propiciem essa dinâmica.

O filósofo ainda afirma, que o neoliberalismo não enxerga mais essa nova economia como apenas uma troca de produtos, e sim de empresas que competem entre si. Empresas essas que se manifestam nos próprios indivíduos que serão conduzidos em suas condutas sociais a partir das leis da própria concorrência (FOUCAULT, 2008). Saraiva e Lopes (2011, p. 18) afirmam que era necessário a produção de sujeitos “que saibam e queiram ser atores livres no mercado. Sujeitos que possam gerir suas vidas como uma empresa, que não dependam de políticas sociais”. Era preciso ver o sujeito como um indivíduo de interesse, competitivo, que possa ser empresário de si e concorra no mercado com outros empresários que governem a si mesmo.

A problematização do neoliberalismo também se faz crucial a partir do momento que somos, a todo instante, capturados por ele, ou, em sua contra-conduta, tentamos resisti-lo. Kraemer e Thoma (2011, p. 89) reiteram que “em nossos dias somos todos incitados, seduzidos, convocados a entrar e participar do jogo econômico que nos transforma em indivíduos microempresas”. Ou seja, estamos e fazemos parte desse jogo neoliberal que se faz ainda mais aflorado nos acontecimentos sociais contemporâneos.

Matos (2019) afirma que, a partir do neoliberalismo, a vida, a sociedade e os corpos individuais começaram a ser pensados nessa lógica econômica, o trabalho passou a ser visto como um investimento de si, tratando os corpos e subjetivações como máquinas que tinham o intuito de, para além de concorrer, produzir. É nesse contexto que apresento a segunda engrenagem, para seu funcionamento ideal: o capital humano. Se os indivíduos se manifestavam como empresários, então cada gesto (práticas, comportamentos e verdades estabelecidas) deveriam ser vistos como um investimento destinado ao aumento desse capital (FOUCAULT, 2008).

O trabalho é ponto crucial para o capital humano, é visto na arte de governar neoliberal como uma mercadoria. Agora o capital era imbricado na subjetividade do ser, ou seja, ao invés do salário ser uma recompensa pelo tempo depreendido, ele passa a ser visto como um retorno das habilidades de si. Em outras palavras, pode-se afirmar que o indivíduo é fonte de sua própria satisfação e por isso, ele não deve parar de investir em si próprio como um capital humano que requer empenho incessantemente (FOUCAULT, 2008).

Além disso, Matos (2019) também afirma que esse trabalho de si sobre si, essas produções de subjetividades, se direcionam a um ponto crucial que os neoliberais fizeram em relação aos liberais: novamente a questão da liberdade. Essa liberdade não se dirigia somente em vinculação ao que os sujeitos gostariam de trabalhar ou de receber, mas também uma liberdade do que os indivíduos gostariam de consumir, ou seja, um homem livre para escolher seus consumos e desejos. O consumo passa a ser “a principal finalidade da atividade empresarial de si” (MATOS, 2019, p. 31). Saraiva e Lopes (2011, p.18) afirmam que

[...] o neoliberalismo é um consumidor de liberdade. Ele necessita da liberdade para sobreviver e irá intervir na sociedade, por meio de estratégias biopolíticas, para produzir essa liberdade. A liberdade neoliberal não é uma espontaneidade dos mecanismos de mercado, como era entendida pelo liberalismo, mas uma condição que deve ser produzida ativamente. O sujeito livre do neoliberalismo é conformado, subjetivado, para a liberdade. Passa por um processo em que deve aprender a ser e a querer ser livre por meio da gestão de sua vida e do engajamento em processos de escolha.

Em suma, o neoliberalismo traz essa ideia de liberdade máxima e absoluta, porém, é nessa armadilha que os sujeitos se veem cada vez mais capturados e presos por essa arte de governar, como se ela não existisse sem os indivíduos e os indivíduos não existissem sem ela. Se a vida, os pensamentos, comportamentos e subjetividades são inteiramente capturados e manipulados pelo neoliberalismo, onde seus reais desejos vão sendo mascarados por essa arte de governar, os sujeitos acabam se tornando, concomitantemente, altamente governáveis.

Se fizermos uma associação com os acontecimentos sociais contemporâneos no que se trata da educação e a realidade da educação inclusiva, Kraemer e Thoma (2011, p. 95-96), afirmam que “no processo de inclusão escolar [...] são colocadas em funcionamento as proposições da lógica econômica (neo)liberal, qual seja: a participação de todos na rede de consumo instituída pelo mercado”. Segundo as autoras, são nesses corpos que “almeja-se construir [...] uma conduta potencialmente produtiva e participativa [...] dentro de um princípio de mercado onde são organizadas, produzidas e difundidas formas de vida autogestoras das habilidades e competências” (p. 90-91).

São nessas capturas mais sutis, inclusive na esfera educacional, que a *biopolítica*, “se torna esse campo de regulamentação entre Estado e a população” (MATOS, 2019, p. 17). Tem-se então, a passagem de uma sociedade de disciplinarização dos corpos, para a quarta das formas de desenvolvimento social: a sociedade de segurança. Começou a surgir uma tecnologia de poder distinta e complementar ao poder disciplinar, o integrando e implantando um determinado modo de vida na multiplicidade dos homens, ou seja, agora o governo se aplica para além dos corpos individuais, mas também nas vidas coletivas. Foucault (2018, p 210) apresenta duas séries ou tecnologias de poder, que são distintas, porém complementares: “a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores”.

Apesar da biopolítica já existir anteriormente à governamentalidade neoliberal, ela se consolidou ainda mais nessa arte de governar pelas capturas que são feitas às vidas e, principalmente, as subjetivações dos sujeitos. Nas palavras do filósofo,

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela

forma, ao contrário uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida [...] Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante [...] que se faz direção não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie [...] algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma 'biopolítica' da espécie humana (FOUCAULT, 2018, p. 204 – grifo do autor).

A biopolítica é a manifestação do biopoder, sendo este, um poder não centralizado, mas que se atualiza por meio de dispositivos disciplinares e de segurança que se disseminam e regularizam toda a população. A vida passa a fazer parte dos cálculos de poder se tornando alvo de um objeto político, afirmando as que merecem ou não viver nas malhas e relações disseminadas socialmente na racionalidade neoliberal. Além disso, podemos dizer que se manifesta, segundo Matos (2019, p.18) como “um conjunto de técnicas capazes de esmiuçar os fenômenos da realidade, digamos; os saberes produzidos em vários campos se entrecruzam formando uma rede de informações”, que são controladas pelas instituições. Esses saberes, permitem que o poder adentre cada vez mais nos sujeitos, nos pensamentos, nos processos de subjetivação e principalmente nas vidas, se tornando o alvo principal dessa nova política.

Além disso, essa nova tecnologia de poder atua sobre as características vitais das coletividades, abarcando “um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população (FOUCAULT, 2018, p. 204)”. Essas diversas intervenções realizadas a partir da lógica biopolítica do Estado “são muito mais econômicas do que a transformação dos sujeitos por meio de processos de normalização. A normalização biopolítica passa apenas indiretamente pelos sujeitos, pois seu alvo são as transformações introduzidas no tecido social” (SARAIVA; LOPES, 2011, p. 22). O homem e seu coletivo, foram se adaptando e compreendendo que fazem parte de uma espécie, com uma vida específica e que deve desenvolver em si, uma arte de governar em obediência as normas sociais, e para isso, sua saúde, seu biológico, a vida individual e coletiva, deveriam ser controladas.

Ainda no contexto biopolítico, a vida e a morte aparecem novamente como o ponto crucial das relações, ou seja, se no poder soberano tinha-se como mote “o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver” (FOUCAULT, 1988, p. 126), na biopolítica, com o biopoder, o lema se manifestava opostamente: *fazer viver e deixar morrer*. O Estado moderno não quer mais ter o poder sobre a morte e sim sobre a vida para que ela possa ser governável e produtiva. Foucault (1988, p.127) afirma que na sociedade moderna, o “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”. A morte foi sendo aos poucos desqualificada, para dar importância à nova questão central do governo, a vida.

Associando a alguns acontecimentos sociais contemporâneos, podemos refletir sobre o período de isolamento social mundial, mais especificamente no que se trata do Brasil. Observamos a promoção da morte de uns em prol de um ex-governo voltado somente para algumas vidas, isto é, governou-se para aquelas que são produtivas, que se colocam como lucrativas numa lógica de sujeição empresarial dotada do sentimento de competitividade. Já outras, parecem terem sido governadas para a sua extinção pois, quanto vale a existência de um idoso ou

de um sujeito com comorbidades em tempos de Covid-19? De uma pessoa com deficiência? De um sujeito das camadas menos favorecidas do país?

É no contexto de uma sociedade de normalização ou normalizadora que a instituição da medicina aparece ainda mais forte para controlar as doenças e alongar a vida, promover a higiene, as vacinações e as medicalizações. Além disso, a velhice e os indivíduos que vão perdendo sua produtividade como empresários de si, vão igualmente sendo capturados por essa tecnologia para o controle também desse público. Saraiva e Lopes (2011, p.19) afirmam que “todos devem ter condições de participar do jogo, ninguém pode estar fora dele [...] para aqueles que não têm condições nem mesmo de iniciar o jogo, deve-se prover recursos mínimos que garantam pelo menos a sua entrada”. Na ação da biopolítica nessa racionalidade neoliberal, é preciso a produção de práticas que culminem nessa falsa inclusão daqueles que não estão, ou não conseguem estar inseridos nesse sistema. É esse o ponto mais perverso da biopolítica: essas subjetividades e existências que são excluídas, são ‘adicionadas’ pelo fato de que, sendo perversamente incluídas, também podem ser governadas, trazendo um falso sentimento de pertencimento. É nesse sentido também, que as mortes das quais Foucault (2018) retrata não somente as físicas, trata-se também das mortes simbólicas dos sujeitos operadas pelos apagamentos, pelas segregações e negligências políticas como os exemplos citados anteriormente quando abordamos o ex governo.

Assim, por mortes, Foucault (2018, p. 216) não entende “[...] simplesmente o assassino direto, mas também tudo o que pode ser assassino indireto: [...] a morte política, a expulsão, a rejeição, etc”. A ação da biopolítica, determina a vida que pode ser vivida nesse sistema neoliberal, que obedece, que interioriza e, produz como resultado, a marginalização de subjetividades resistentes à tais normas. A biopolítica nesse sentido mata: mata desejos, vontades, afetos, lutas, liberdades e subjetividades.

Nesse sentido, podemos novamente fazer alusão ao período de 2019 a 2022, quando toda população brasileira morreu física e simbolicamente: morremos quando o Ministro da Educação distingue aqueles que podem ou não serem incluídos na escola; quando estamos sujeitos à defesa da cloroquina e do kit covid; quando percebemos o negacionismo contra a vacina; e quando a Universidade pública é para poucos. Também morremos quando algumas enunciações² foram proferidas pelo ex-presidente em relação a pandemia onde Bolsonaro declarou: ‘muitas vítimas tinham alguma comorbidade, então a Covid apenas encurtou a vida delas por alguns dias ou algumas semanas’, ‘eu não sou coveiro’, ‘é só uma gripezinha’ e ‘se tomar a vacina e virar jacaré eu não tenho nada a ver com isso’. Esses discursos vão muito além da personificação de Bolsonaro, das ações e dos discursos isolados do ex-presidente, eles representam a ação da biopolítica em seu modo mais perverso (CONCEIÇÃO-DE ANDRADE, 2022).

Assim, para problematizarmos essas mortes, apagamentos e invisibilidades do ex Governo Federal, podemos recorrer a Foucault (2018) quando criou uma lógica operatória, um dispositivo essencial para o funcionamento da biopolítica, nomeado como *Racismo de Estado*. Segundo o autor, ele é “a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 2018, p. 215). Em outras palavras, é aceitável a morte dos indivíduos que constituam

² Algumas frases proferidas pelo atual presidente do Brasil, tanto ao longo de seu mandato como anteriormente a ele podem ser acessadas no site <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>

algum tipo de perigo biológico e subjetivo a outros. O filósofo desenvolve esse conceito com a função de constatar o seguinte: se um determinado tipo de vida vive, o outro, aquele distinto de nós, deve morrer. Como resultado dessa lógica operatória, dois processos ocorriam: primeiro, a qualificação de certas raças, ou seja, quais eram mais produtivas, mais concorrentes, que consumiam mais, e, portanto, eram mais valiosas, principalmente no neoliberalismo. Posteriormente, era necessário que, para que um sujeito viva, ele faça o outro morrer. Em outras palavras, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior [...] é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2018, p. 215), numa relação não de guerra, mas sim de luta biológica.

Dessa forma, o racismo de estado age na direção da purificação da raça: mortes de sujeitos com comorbidades; mortes na educação básica quando essa é desvalorizada e desqualificada; mortes de mulheres, mortes de pessoas que eram grupo de risco durante a pandemia do COVID-19. Trazendo para os acontecimentos sociais contemporâneos, Soares (2021, p. 24) afirma

A total falta de empatia com os mortos deixou mais clara, no presidente [...] uma violenta atração pela destruição não só da vida, mas também do outro. Do diferente. É alguém que compreende liberdade como a permissão da violência, como a imposição de um [modo] único de ser.

Esse ex governo operou as vidas pela lógica do racismo de estado, justificando as mortes por um bem maior da população e por uma purificação do coletivo quando se legislou para um único modo de se viver. Nesse contexto, vimos ao longo do período pandêmico o movimento contrário à ciência e à disseminação da vacina produzida para o combate ao novo corona vírus, afirmando esse ‘deixar morrer’ instaurado na biopolítica. Este modo de matar se tornou muito simbólico quando nos deparamos com as inúmeras vidas que foram perdidas pela asfixia de um vírus do qual já tínhamos vacina. Vidas asfixiadas no hospital pela falta de testes, equipamentos e medicamentos; na escola pela falta de política que incentive o aprender na diferença ou em qualquer outro contexto social em que a sua existência não seja majoritária. Por mais que no ano de 2022 as curvas de contaminação do vírus abaixaram e grande parte da população brasileira tenha sido vacinada, não se tem como apagar o sofrimento decorrente da morte dos mais de 680 mil cidadãos que poderiam ter sido salvos pela ciência (CONCEIÇÃO-DE ANDRADE, 2022).

Em suma podemos dizer que as governamentalidades, ou seja, as formas de condução de conduta dos indivíduos, assim como todas essas tecnologias de poder que foram se firmando ao longo dos séculos na sociedade, foram base crucial para o desenvolvimento, elaboração e ativação de uma tecnologia e uma forma de governo mais perverso e velado que foi o nascimento da biopolítica e do neoliberalismo na contemporaneidade. Hoje, nossas vidas são controladas por essa arte de governar: ou cedemos aos parâmetros de consumo e competição, transformando nossos corpos em empresas, onde somos empresários de si, ou resistimos a ela buscando formas outras de existência. Seja na captura ou na contra-conduta, estamos todos circunscritos nessa lógica operatória neoliberal que coloca o poder sobre a vida, ou seja, afirma essa biopolítica de uma forma ainda mais potente e eficaz.

Considerações sobre o conceito de biopolítica foucaultiano e suas implicações para a contemporaneidade

Nesse artigo, a partir do objetivo de descrever a construção do conceito da biopolítica foucaultiana e sua instalação no neoliberalismo em acontecimentos sociais contemporâneos, fizemos o percurso das relações de saber/poder, a mudança do pensamento de Foucault (2018) de poder para o governo, e, principalmente, a partir de todo o caminho desenvolvido, apresentamos a perversidade da biopolítica na arte de governar neoliberal e como as vidas na contemporaneidade, especificamente no período pandêmico, foram desvalorizadas e perdidas na competição da sobrevivência.

Discorreremos sobre as principais engrenagens para o funcionamento das relações de saber-poder: as verdades, normas e a resistência. Igualmente, dissertamos sobre as manifestações de poder ao longo da construção e complexidade da sociedade, sendo eles, o poder pastoral, base para o desenvolvimento da biopolítica, o poder soberano, que voltava suas ações principalmente para a morte, o poder disciplinar firmado e desenvolvido principalmente no liberalismo, governamentalidade essa que pregava a liberdade econômica e intervenção do estado mínimo.

Por fim, discorri sobre o neoliberalismo, que tinha como engrenagens principais a concorrência e o capital humano, e a transformação dos indivíduos em empresários, em empresas que governam a si e tem a liberdade de consumirem, produzirem e escolherem seus desejos. É nesse ponto que a biopolítica, conceito que foi sendo construído a partir de ferramentas analíticas secundárias, se firma: se agora os indivíduos eram empresas, eles deveriam se manter vivos e produzindo para que sejam governados. É nesta conjuntura que o perigo se encontra, ou seja, as capturas biopolíticas presentes no neoliberalismo, vão além do que é visível: elas agem na esfera interior, do invisível, ou em outros termos, nas produções subjetivas que constituem os sujeitos.

Faz-se necessário a continua produção de estudos que relacionem a filosofia da diferença com os acontecimentos sociais contemporâneos assim como foram aplicados trazendo aspectos da pandemia do COVID-19, mais especificamente nos anos 2020, 2021 e 2022. Porém, para além desse período analisado, haverá sempre problematizações acerca das manifestações e tecnologias de poder a partir das diferentes realidades governamentais, que vamos sendo inseridos ao longo da historicidade.

Escolhi uma das interpretações possíveis para se construir o conceito de biopolítica para Michel Foucault e a partir dele, trazer exemplos da contemporaneidade. No entanto, é válido salientar que ela não é a única. Ao longo de suas obras, o estudioso forneceu diferentes caminhos para sua caixa de ferramentas analíticas, como se o autor reescrevesse suas ideias por cima de pensamentos antigos, porém sem apagá-los, somente os complexificando. Esperamos que esse artigo possa auxiliar de alguma forma, no entendimento dos pensamentos do filósofo, e, principalmente, no desenvolvimento das considerações acerca da biopolítica, tão enraizada na forma em que atualmente vivemos, pensamos e, principalmente somos governados.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. 270 p.
- CONCEIÇÃO, B.S. **Práticas Discursivas sobre a surdez e a Educação Infantil: Diálogo com familiares**. 2019. 160 f. Dissertação – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- CONCEIÇÃO-DE ANDRADE. **Regimes de verdade em territórios surdos: mídias sociais como dispositivos biopolíticos nos processos de subjetivação de vidas surdas**. 2022. 255 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2022.
- DANNER, F. Vida, poder e política: Foucault e a questão do liberalismo. **Kalagatos**, v. 14, n. 2, maio/ago, 2017.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura**. Trad. de José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Copyright, 1972.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. de Lígia M. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 167-177.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2002.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **O Governo de Si e dos Outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- GALLO, S. Biopolítica e Subjetividade: Resistência? **Educar em Revista**, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez., 2017.
- KRAEMER, G. M.; THOMA, A. da S. Inclusão escolar dos sujeitos surdos: uma estratégia de governo que contribui para o funcionamento de uma racionalidade econômica neoliberal. **Ines Espaço**, n. 36, p. 85-98, 2011.
- LOCKMANN, K. Assistência Social, Biopolítica e governamentalidade neoliberal. **Textura**, n. 28, p. 33-48, mai./ago., 2013.

LOPES, M.C.; MORGENSTERN, J. M. Inclusão como Matriz de Experiência. **Pro-Posições**, v. 25, n. 2, p. 177-193, maio/ago. 2014.

MATOS, M. A. P. **Biopolítica e Educação**: Desafios da Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência no Neoliberalismo. 2019. 74p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

MARANHÃO, E. M. de.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake News acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 17, n. 2, dez. p. 66-90, 2018.

MARTINS, V.R.O. A invenção da surdez na escuta de Michel Foucault. In: _____. **Educação de Surdos no Paradoxo da Inclusão com Intérprete de Língua de Sinais**: Relações de Poder e (re)criações do sujeito. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Psicologia Educacional, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PAGNI, P. A.; A emergência do discurso da inclusão na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, jan-mar., 2017.

RAJCHAMAN, J. **Foucault**: a liberdade da filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ROSE, N.; O’MALLEY, P.; VALVERDE, M. Governança. **Nova época**, v. 8, 2012.

SARAIVA, K.; LOPES, M. C. Educação, Inclusão e Reclusão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 14-33, jan-jun 2011.

SOARES, J. L. **A nova direita, bolsonarismo e tendências neofacistas no Brasil**. Emblemas, 2021.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M.C. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Recebido em: 03/2024
Aprovado em: 09/2024